

PROJETO DE LEI N.º 831/11

EMENTA: Cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 1.º Ficam criados 667 (seiscentos e sessenta e sete) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juízes de Direito do Estado do Paraná, compreendidos os Juízes de Direito de entrância final, intermediária e inicial, os Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau, distribuídos de acordo com o Anexo I desta lei.

Art. 2.º Ficam criados cento e vinte (120) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, distribuídos de acordo com o Anexo II desta lei.

Art. 3.º O provimento em comissão dos cargos previstos nesta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo magistrado, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18.10.2005, do Conselho Nacional de Justiça.

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 4.º Fica alterada a denominação dos cargos de provimento em comissão, simbologia 3-C, de Assessor de Juiz de Direito criados pela Lei nº 15.831, de 12 de maio de 2008, e pela Lei nº 15.975, de 19 de novembro de 2008, que passam a ter a denominação de Assistente I de Juiz de Direito.

Art. 5.º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor em 1.º de fevereiro de 2012.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
COMPOSIÇÃO DAS VARAS NAS DIVERSAS COMARCAS

ANEXO I

Entrada inicial

D. L.
Fls. 66

Fls.

PODER JUDICIÁRIO

D. L.
Fls. 07
A

PODER JUDICIÁRIO

D. L.
Fls. 98

ANEXO II

DESTINAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE
DESEMBARGADOR - SIMBOLOGIA 1-C

COMARCAS / FORO	Desembargador	Total
2ª INSTÂNCIA		
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	120	120
TOTAL	120	120



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de Lei tem por objetivo criar seiscentos e sessenta e sete (667) cargos de Assistente II de Juiz de Direito e de cento e vinte (120) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, passando a integrar o Anexo II da Lei Estadual n.º 14.807 de 20 de julho de 2005, que constitui a tabela 2 do Anexo III da Lei n.º 11.719, de 12 de maio de 1997.

O anteprojeto tem sua origem no expediente protocolado sob n.º 321.409/2011 e destina-se ao assessoramento dos Senhores Juizes de Direito e Desembargadores. Tem o propósito de dotar a magistratura estadual de estrutura mínima de apoio qualificado, capaz de contribuir para a elevação da produtividade da prestação jurisdicional, mediante o incremento da eficiência individual de cada órgão judicial – em ambos os graus de jurisdição.

Os cargos comissionados criados na forma deste anteprojeto são privativos de bacharéis em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito de entrância final, intermediária e inicial, aos Juizes de Direito Substitutos, Juizes de Direito Substitutos em Segundo Grau e Desembargadores. Contemplam, pois, toda a Magistratura do nosso Estado – até hoje carente de assessoramento. Por óbvio, não representa o ideal para se atingir a plena eficácia dos serviços judiciais, mas constitui extraordinário avanço para se obter Justiça da melhor qualidade.

O provimento dos cargos dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprido o disposto na Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, cujo art. 1.º veda a “prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados”.

O cargo em comissão, pelas suas peculiaridades, revela-se ideal para o provimento ora enfocado. Primeiro, por privilegiar, sobretudo, a competência e produtividade. O ocupante do cargo, indicado para nomeação pelo magistrado junto ao qual exercerá suas atividades, caso não atinja as metas estabelecidas, é demissível “ad nutum”, posto que tal comissionamento não gera vínculos ou encargos de qualquer natureza para a Administração. Segundo, em se tratando de cargo



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



privativo de bacharel em Direito, permite aos magistrados – mesmo nas Comarcas mais distantes – selecionar excelentes quadros, dentre os bacharéis que visam a prestar concursos para as carreiras jurídicas, dada a exigência de três (3) anos de prática jurídica em assessoramento superior. Terceiro, como já ressaltado, a absoluta vedação do nepotismo admite apenas a competência e operosidade como critério de seleção – além, por óbvio, da relação de confiança absoluta entre o magistrado e seu auxiliar, dada a natureza do trabalho a ser desenvolvido.

É inquestionável o ganho de produtividade para os serviços judiciários no Estado do Paraná, decorrente da medida ora submetida à elevada apreciação dessa Casa de Leis.

Pela primeira vez, no Judiciário paranaense, todos os magistrados poderão dispor de assessor qualificado. É ingente o esforço despendido para conter tal despesa nos limites orçamentários deste Poder. Mas a finalidade compensa amplamente tal sacrifício.

A remuneração mensal do cargo em comissão, simbologia 1-C, incluindo vencimento e demais vantagens é de R\$ 2.643,25 (dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos)

O impacto econômico-financeiro da presente proposta, considerando-se o total de setecentos e oitenta e sete (787) cargos em comissão, totalizará acréscimo anual no montante da despesa bruta de pessoal de R\$ 32.163.294,00 (trinta e dois milhões, cento e sessenta e três mil, duzentos e noventa e quatro reais) para 2012, e igual importância, em termos reais, para os exercícios de 2013 e 2014.

Tais valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, correndo a referida despesa anual por conta da rubrica 3.1.90.11.99 – Outros Vencimentos e Vantagens Fixas de Pessoal.

O mencionado acréscimo de custo anual não comprometerá o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, tendo em conta que, pelo Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça, o total da despesa com pessoal, no 2.º Quadrimestre de 2011, situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária do Poder Judiciário para 2012, e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual - PPA 2012 - 20151.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi devidamente aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada em 05 de setembro de 2011.

Assinatura manuscrita, provavelmente do Presidente do Tribunal de Justiça, realizada com uma caneta escura.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria setecentos e oitenta e sete (787) cargos em comissão, simbologia 1-C, para assessoramento de magistrados do Estado do Paraná, estão contempladas na proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012 e possuem compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

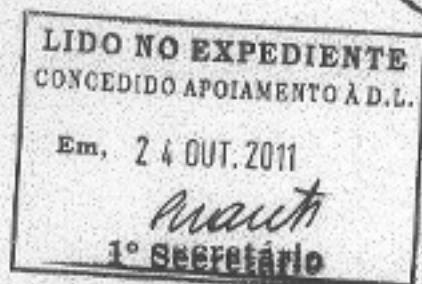


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1437/2011-GP



A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, _____

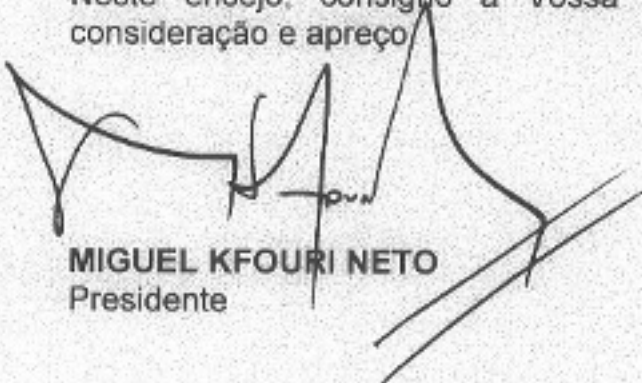
Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de setecentos e oitenta e sete (787) cargos em comissão, simbologia 1-C, para assessoramento de magistrados do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 831/11

Projeto de Lei nº. 831/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

EMENTA: CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA, NA ESTRUTURA DO QUADRO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO VINCULADO À SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça tem por objetivo criar 667 (seiscentos e sessenta e sete) cargos de Assistente II de Juiz de Direito e de 120 (cento e vinte) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, passando a integrar o Anexo II da Lei Estadual n.º 14.807 de 20 de julho de 2005, que constitui a tabela 2 do Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

- II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:
 - b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que possui adequação com a proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012 e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual – PPA, 2012-2015

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

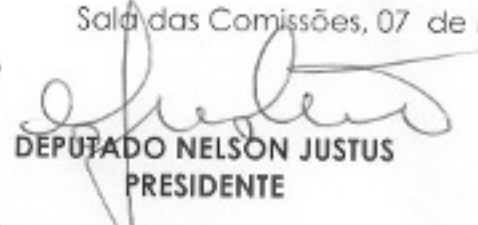


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

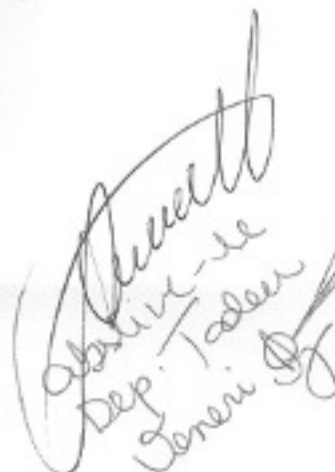
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR


Dep. Tadeu
Joner



ANTEPROJETO DE LEI N.º 854/2011

Súmula: Altera a Lei n.º 11.019, de 27 de dezembro de 1994.

Art. 1.º – Altera o §1.º do artigo 1.º da Lei n.º 11.019, de 27 de dezembro de 1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º (...)

§1.º As taxas de serviços de que trata o Anexo Único desta Lei serão recolhidas diretamente pelo Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR e se constituirão em receita própria da Autarquia, excetuando os percentuais que deverão ser repassados, mensalmente, no percentual de 10% (dez por cento) que se destinará a programas de Assistência ao Menor, geridos nos termos do inciso IV do artigo 114 da Lei n.º 8.485, de 3 de junho de 1987 e em percentual a ser definido por ato do Poder Executivo, que se destinará ao Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná (FUNESP/PR), à manutenção de rodovias através do DER, vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, bem como outros fins a serem igualmente definidos por Decreto.

I – O serviço prestado sob o código n.º. 1.07.00-0 (Perícia Técnica e Médica Especial) será subsidiado pelo Departamento de Trânsito – DETRAN/PR no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser repassado às clínicas conveniadas.”

Art. 2.º – A Tabela de Serviços a que se refere o art. 25 da Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, alterada pelo art. 1.º da Lei n.º 8.067, de 28 de dezembro de 1984, pelo art. 1.º da Lei n.º 9.500, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei n.º 10.038, de 16 de julho de 1992 e pela Lei n.º 11.019, de 28 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as alterações contidas no Anexo Único desta Lei.

Art. 3.º – Esta Lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias após sua publicação, tendo o DETRAN/PR até 180 (cento e oitenta) dias para adaptação sistêmica.

Curitiba, 31 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN-PR
ANEXO A LEI Nº



TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS DO DETRAN

Código	Discriminação dos Serviços	VALOR
1.01.00-1	Emissão de CNH (1ª e 2ª vias)	57,60
1.02.00-8	Registro da Carteira de Habilitação de Estrangeiro	115,20
1.05.00-7	Emissão da Licença para Aprendizagem de Direção Veicular - LADV (1ª e 2ª vias)	33,14
1.07.00-0	Perícia Técnica e Médica Especial	75,00
1.08.00-6	Registro de Centros de Formação de Condutores (por CFC)	148,59
1.13.00-0	Curso de Atualização para Profissionais Habilitados em Cursos Especializados (por candidato)	124,25
1.14.00-6	Avaliação Psicológica para fins Pedagógicos	112,36
1.15.00-2	Reabilitação	112,36
1.16.00-9	Alteração de Dados - Cadastro do condutor	22,46
1.18.00-1	Registro Eletrônico da CNH de outra UF	33,15
1.21.00-2	Histórico do Cadastro do Condutor	44,44
1.23.00-5	Certidões de Habilitação	35,91
1.26.00-4	Permissão Internacional para Dirigir - PID	67,40
1.27.00-0	Registro Cadastral de Certificados e Cursos Especializados	35,91
1.28.00-7	Visoria em Entidades Credenciadas (para abertura, reforma, mudança de endereço...)	156,55
1.29.00-3	Licença Veicular para Veículos de Aprendizagem	16,50
1.30.00-1	Laudo de Exame Médico Especial (2ª via)	44,94
1.31.00-8	Curso de Reciclagem - Módulo de Legislação (por candidato)	67,80
1.31.01-6	Curso de Reciclagem - Módulo de Direção Defensiva (por candidato)	57,20
1.31.02-4	Curso de Reciclagem - Módulo de Primeiros Socorros (por candidato)	57,20
1.31.03-2	Curso de Reciclagem - Módulo de Relacionamento Interpessoal (por candidato)	57,20
5.01.00-0	Exame Técnico - Técnico (1º exame, reteste, remarcação)	34,08
5.02.00-6	Exame de Aptidão Física e Mental (1º exame, Reteste, remarcação)	44,19
5.03.00-2	Avaliação Psicológica Coletiva (1º exame, reteste, remarcação)	66,01
5.04.00-9	Exame Prático de Direção Veicular (1º exame)	33,30
5.04.01-7	Exame Prático de Direção Veicular (Reteste, Remarcação)	22,46
2.01.00-6	Primeiro Registro de Veículo	89,85
2.02.00-2	Emissão de CRV (1ª e 2ª vias)	86,91
2.03.00-9	Alteração de Características (Cor,Carroceria,Combustível,3ºEixo,adaptações,...)	86,66
2.04.00-5	Alteração da Categoria do Veículo	35,91
2.05.00-1	Transferência de Município	35,91
2.06.00-8	Transferência de Propriedade	67,77
2.08.00-0	Reativação Cadastral	35,91
2.09.00-7	Alteração dados Cadastrais	85,19
2.10.00-5	Inclusão ou Liberação de Gravame	35,91
2.11.00-1	Baixa do Registro do Veículo	47,00
2.12.00-8	Transferência Eletrônica do Registro do Veículo entre UF	33,00
2.13.00-4	Credenciamento (por CPF ou CNPJ)	179,80
2.14.00-0	Renovação Anual de Credenciamento (por CPF ou CNPJ)	89,86
2.16.00-3	Visoria	46,47
2.17.00-0	Visoria Domiciliar	95,14

2.18.00-6	Lacre	64,92
2.19.00-2	Licença de Para-Brisa (por dia)	8,97
2.20.00-0	Autenticações	8,97
2.21.00-7	Boletim de Ocorrência de Acidentes	22,46
2.22.00-3	Registro de Ocorrência de Acidentes	15,69
2.23.00-0	Perícia de Acidentes de Trânsito	35,91
2.25.00-2	Licenciamento Anual (1ª e 2ª vias)	58,14
2.26.00-9	Autorização Prévia para Alteração de Características	15,69
2.27.00-5	Autorização Prévia para Confeção de Placas (Fabricantes e Importados)	64,92
2.28.00-1	Estado no Pátio (por dia)	18,59
2.28.01-0	Estado no Pátio da PMPR (por dia)	18,59
2.29.00-8	Serviço de Remoção	181,28
2.30.00-6	Expediente	13,52
2.30.01-4	Emissão de Crachás (por crachá)	13,52
2.30.02-2	Resultado da Avaliação Psicológica para fins Pedagógicos	22,46
2.30.03-0	Certificados (2ªs vias)	22,46
2.30.07-3	Visoria em Veículos de Aprendizagem	35,91
2.30.08-1	Cadastramento de Financieira	13,52
2.30.10-3	Indeferimento de Processos	8,97
2.30.11-1	Reprográficas	13,52
2.30.14-6	Fornecimento de Documento Microfilmado - Digitalizado	22,46
2.30.16-2	Alteração de Categoria - Condutor	22,46
2.30.17-0	Alteração do Instrutor	22,46
2.30.19-7	Cadastramento de Veículo	22,46
2.30.20-0	Etiqueta Auto-Destrutiva para Chassi	22,46
2.30.21-8	Plaqueta de Identificação de Chassi	17,98
2.30.22-7	Autorização para Lacre em outra UF	15,69
2.30.23-5	Levantamento/Desarquivamento de Processos	13,52
2.30.24-3	Correção Cadastral	26,37
2.32.00-9	Certidões	35,91
2.36.00-6	Autorização Prévia para Certificado de Segurança Veicular - CSV	35,91
2.37.00-0	Autorização para Circulação de Veículo Escolar	15,69
2.38.00-7	Autorização para Gravar e/ou Remarcar Dados de Identificação do Veículo	15,69
2.39.00-3	Autorização Prévia para Utilização de Equipamento Suplementar	179,80
2.40.00-1	Concessão de Autorização para Utilização de Placas de Experiência	89,88
2.41.00-8	Renovação Anual de Concessão de Placas de Experiência	22,46
2.42.00-4	Cancelamento da Comunicação de Venda	15,69
2.43.00-0	Autorização Prévia para Veículo Artesanal (protótipo)	107,71
2.44.00-7	Regularização de Alteração de Características	106,49
2.45.00-0	Cursos Diversos - até 30 horas (por candidato)	177,48
2.45.01-8	Cursos Diversos - até 50 horas (por candidato) ****	354,96
2.45.02-6	Cursos Diversos - até 100 horas (por candidato)	532,44
2.45.03-4	Cursos Diversos - até 150 horas (por candidato)	851,91
2.45.04-2	Cursos Diversos - a partir de 150 horas (por candidato)	

*Serviço de Remoção (RS): Por tipo de veículo leve, médio ou pesado acrescido ao valor a quantidade de horas/local, quilômetros rodados e dificuldade de acesso

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 61/2011

Curitiba, 31 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, objetivando a alteração da Tabela de Taxas relativa aos serviços do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN/PR), a que se refere o art. 25, da Lei n.º 7.811/83.

O Departamento de Trânsito do Estado, Órgão Executivo Estadual de Trânsito, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, transformada em Autarquia através da Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, cumpre e faz cumprir a legislação e as normas de trânsito, contemplando as determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Para isso, retira sua receita da cobrança de taxas decorrentes dos serviços que presta.

Posto isso, ressalte-se que nos últimos anos não foi editada nenhuma lei no sentido de atualizar as taxas cobradas pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

Obviamente, nesse mesmo período, a moeda sofreu desvalorização, a economia se desenvolveu e os custos da atividade foram aumentados de forma significativa.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. n.º 11.149.986-1 lhph/ctl

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Desta forma, com vistas ao desenvolvimento da Autarquia, fomentado através da prestação de serviços e dos valores arrecadados, que tem por função gerar recursos para serem investidos em infraestrutura, tecnologia da informação, capacitação de funcionários, educação para o trânsito, entre outros, atendendo às demandas dos cidadãos com qualidade, eficiência e agilidade, propõe-se a adequação da tabela de taxas, que se encontra defasada.

Com isso, o DETRAN busca tão somente o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, com vistas à produtividade e qualidade das atividades em desenvolvimento.

Ademais, cumpre mencionar que a readequação da tabela vem a cumprir o disposto no inciso II, art. 145 da Constituição da República, em função das contínuas reformulações da Legislação Federal e das políticas públicas que regem as ações do DETRAN. Ainda, oportuno frisar que a aludida evolução legislativa desencadeou um rol de novos serviços, adequando-os à realidade vigente, e que sequer constam na atual tabela de taxas instituída pela Lei n.º 11.019/94.

Importante destacar que os reajustes aplicados à tabela do DETRAN do Paraná, mantêm-se distantes, a menor considerados, dos valores praticados por outras Unidades da Federação.

Exemplo disso é o valor do Licenciamento Anual de Veículos, que se propõe na nova tabela no valor de R\$ 58,14 (cinquenta e oito reais e catorze centavos), contra R\$ 72,04 (setenta e dois reais e quatro centavos) no Sergipe, R\$ 72,00 (setenta e dois reais) na Bahia, R\$ 90,30 (noventa reais e trinta centavos) no Rio de Janeiro e R\$ 59,33 (cinquenta e nove reais e trinta e três centavos) em São Paulo.

No que tange à emissão do CRV (Certificado de Registro de Veículo), temos na nova tabela paranaense o valor de R\$ 86,91 (oitenta e seis reais e noventa e um centavos) contra R\$ 116,00 (cento e dezesseis reais) no Distrito Federal, R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) na Bahia, R\$ 90,30 (noventa reais e trinta centavos) no Rio de Janeiro, R\$ 106,00 (cento e seis reais) em Minas Gerais, R\$ 87,20 (oitenta e sete reais e vinte centavos) em Santa Catarina e R\$ 134,37 (cento e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos) em São Paulo.

Para a emissão de CNH (Carteira Nacional de Habilitação), a proposta apresentada tem o valor de R\$ 57,60 (cinquenta e sete reais e sessenta centavos), contra R\$ 121,00 (cento e vinte e um reais) no Sergipe, R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) no Distrito Federal, R\$ 72,00 (setenta e dois reais) na Bahia e R\$ 86,38 (oitenta e seis reais e trinta e oito centavos) em São Paulo.

GABINETE DO GOVERNADOR



Por fim, a título exemplificativo, citamos outro serviço de larga escala de utilização, que é a Transferência de Propriedade, que na proposta ora demonstrada, terá o valor de R\$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), contra R\$ 109,80 (cento e nove reais e oitenta centavos) no Sergipe, R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais) no Distrito Federal, R\$ 106,00 (cento e seis reais) em Minas Gerais e R\$ 87,20 (oitenta e sete reais e vinte centavos) em Santa Catarina.

Nota-se que, em comparação com outras Unidades da Federação, os valores que virão a ser praticados no Paraná jamais se perfilam aos de maior valor, vez que é compromisso da atual Gestão Estadual fazer mais com menos. E o perfil aplicável aos exemplos acima mencionados, é regra no presente Anteprojeto de Lei, vez que nenhum dos serviços prestados pelo DETRAN e arrolados na tabela anexa à presente proposta terá valores acima das médias nacionais.

Ainda, o DETRAN/PR subsidiará, de forma a fomentar o acesso dos deficientes físicos aos meios de transporte, no percentual de 50% (cinquenta por cento), a taxa representada pelo código 1.07.00-0 na tabela de taxas de serviços do DETRAN, que se refere à Perícia Técnica e Médica Especial.

Torna-se evidente que a tabela paranaense poderá ainda ser alinhada dentre as de menores valores de toda a Federação. E, ainda que, com um dos menores valores, seremos, dentre os Estados, um daqueles com maior repasse proporcional à Segurança Pública.

Nesse sentido, da receita resultante das taxas cobradas, o DETRAN/PR repassa ainda valores para a conservação de estradas (DER), para a Assistência ao Menor, e tendo em vista o programa de Governo PARANÁ SEGURO, para ações de Segurança Pública (FUNESP/PR).

Nota-se, portanto, que há uma novidade visando à destinação de verbas ao Fundo de Segurança, o FUNESP/PR. A medida de destinar verbas à Segurança Pública, através do DETRAN/PR, vem ao encontro da prevenção de condutas que influenciam não apenas a segurança no trânsito, mas que possuem reflexos em toda a sociedade.

Assim, conforme salientado acima, verbas mensais serão repassadas das taxas de serviços recolhidas pelo DETRAN ao Fundo Estadual da Segurança Pública (FUNESP/PR), integrante do Programa de Governo PARANÁ SEGURO, e que terá atividades especificamente ligadas ao Trânsito e seus reflexos.

GABINETE DO GOVERNADOR



Com essa medida, estará o Governo do Paraná aplicando valores jamais imaginados para a Segurança Pública, tornando nosso Estado um lugar seguro dentro e fora do trânsito.

No intuito, ainda, de promover maiores esclarecimentos acerca do Anteprojeto ora encaminhado, importante a menção de que o mesmo obedece as regras do direito tributário que determinam que as taxas deverão ser alteradas por lei, e de que as mesmas deverão vigorar apenas se respeitada a anterioridade nonagesimal e o princípio da anualidade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 854/11

Projeto de Lei nº. 854/11
Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera a Lei 11.019, de 27 de dezembro de 1.994.

EMENTA: ALTERA A TABELA DE TAXAS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 66 E 87 DA CE. ART 25 DA LEI 7.811/83. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, altera a Tabela de Taxas relativas aos serviços do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), a que se refere o art. 25, da Lei 7.811/83.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Concedido Vistos ao
Senhor Deputado
Tadeu Iruem
Em, 31 de 10 de 11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. [Grifos Nossos].

Ainda, a Constituição Estadual, em seu art. 66, estabelece que compete privativamente ao Governador do Estado a estruturação e atribuições da Administração Pública. Vejamos:

•

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Na mesma esteira o art. 87:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, uma vez que o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR é um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e, como suso citado, é competência do Chefe do Poder Executivo a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


Deputado Nelson Justus
PRESIDENTE


Deputado Ademair Traiano
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Tadeu

Genesio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 854/11 **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Projeto de Lei nº. 854/11

Autor: Poder Executivo


Súmula: Altera a Lei 11.019, de 27 de dezembro de 1.994.

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, altera a Tabela de Taxas relativas aos serviços do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), a que se refere o art. 25, da Lei 7.811/83.

A tabela não é reajustada desde 1994, e, portanto, está defasada, levando-se em conta que diversas atividades tiveram aumento de custos.

Ressalta-se que grande parte da arrecadação será destinada ao Fundo Especial de Segurança Pública, auxiliando o Estado no combate à criminalidade.

Pelo exposto, opin-a-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, tendo em vista não existir qualquer óbice para a sua regular tramitação.


Deputado Estadual
Relator

Manoel Moraes

Bian

Aciole

Gilberto Ribeiro



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 854/11

Sob a ótica da adequação financeira o Projeto de Lei, no que tange as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal manifesta-se esta Comissão sobre o Projeto de Lei nº 854/11, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 61/11, objetivando a alteração da Tabela de Taxas relativa aos serviços do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN/PR), a que se refere o art. 25, da Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983.

Também na análise efetivada por esta Comissão pode-se constatar que a matéria encontra-se justificada. Destaque-se ainda, que com a medida o DETRAN busca apenas o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, com vistas à produtividade e qualidade das atividades em desenvolvimento.

De igual modo, verifica-se ainda, que a readequação da tabela vem cumprir o estabelecido no inciso II, do art. 145 da Constituição Federal, em função das contínuas reformulações da Legislação Federal e das políticas públicas que regem as ações do DETRAN.

Saliente-se ainda, que ao se comparar os valores que virão a ser praticados no Paraná, com outros Estados da Federação jamais se perfilam aos de maior valor, uma vez que nenhum dos serviços prestados pelo DETRAN e constantes da tabela anexa terá valores maiores do que das médias nacionais.

Por fim, esta Comissão opina pela sua aprovação, e o devido encaminhamento aos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07/11/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

ANTEPROJETO DE LEI N.º 853/2011

Súmula: Cria o Fundo Especial de Segurança Pública, na forma que especifica.

Art. 1.º – Fica criado o Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR, que proverá os recursos para todas as unidades componentes da Secretaria Estadual da Segurança Pública.

Art. 2.º – Ficam extintos, em 31 de dezembro de 2011 o Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM, o Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL e o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB, permanecendo o FUNESP como sucessor destes para todos os fins de direito.

§1.º – O FUNESP/PR passa a incorporar todas as receitas de recursos anteriormente destinados aos fundos constantes do *caput* deste artigo, inclusive a totalidade de seus respectivos saldos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2011, ressalvadas as receitas destinadas ao programa de assistência ao menor e de natureza social e as destinadas à pesquisa científica e tecnológica.

§2.º – A implantação financeira e orçamentária do FUNESP/PR ocorrerá em 1.º de janeiro de 2012.

Art. 3.º – O Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR, tem por objetivo prover, de forma complementar, os recursos para o financiamento das despesas correntes e de capital, compreendendo os encargos de capacitação, aperfeiçoamento, desenvolvimento, modernização das atividades dos órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o aperfeiçoamento e ampliação dos programas estaduais na área de Segurança Pública.

Art. 4.º – Os recursos do FUNESP/PR destinam-se a:

I – programas e projetos de prevenção e combate à criminalidade, incêndio e pânico, violência, bem como de sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito;

GABINETE DO GOVERNADOR



- II – manutenção e reequipamento das unidades administrativas que compõem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da aquisição de material permanente e de consumo indispensáveis à constituição, ao funcionamento e à operacionalidade de todos os seus programas e ações administrativas e finalísticas e dos órgãos e das entidades que a integram;
- III – implantação de ações e programas motivacionais e de capacitação relacionados com o aprimoramento dos recursos humanos das áreas finalísticas e das áreas instrumentais;
- IV – programas de esclarecimento, campanhas educativas, e pesquisas de opinião pública acerca das atividades desenvolvidas pelos órgãos da Pasta;
- V – custos de sua própria gestão;
- VI – cobertura de todas as despesas correntes e de capital necessárias à criação, edificação, conservação, manutenção e expansão das instalações físicas na área de atuação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;
- VII – estruturação e modernização das polícias técnica e científica;
- VIII – programas de prevenção ao delito e à violência;
- IX – prevenção e recuperação de toxicômanos e alcoólatras;
- X – subvenção de institutos e entidades de combate às drogas;
- XI – implantação de ações, programas, investimentos em bens e serviços para a defesa civil, principalmente quanto às consequências dos eventos desastrosos e populações atingidas;
- XII – implantação de ações, programas investimentos em bens e serviços do GRAER/SESP (Grupamento Aeropolicial-Resgate Aéreo);
- XIII – demais atividades inerentes às finalidades institucionais e estratégicas da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo Único. É vedado o uso dos recursos do FUNESP/PR para despesas referentes à pessoal e seus respectivos encargos.

Art. 5.º – Além das receitas previstas no parágrafo primeiro, do artigo 2.º, constituem-se receitas do FUNESP/PR:

- I – multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;
- II – os rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras;
- III – receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;
- IV – o produto da venda de cópias dos editais de licitação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;
- V – taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- VI – taxas de inscrição em concursos públicos realizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

GABINETE DO GOVERNADOR



VII – auxílios, subvenções, doações, legados ou oriundas de convênios, contratos ou ajustes celebrados com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público;
VIII – indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes à Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

IX – taxa de ocupação das dependências dos imóveis da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

X – o produto da venda de material inservível e não indispensável da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

XI – recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

XII – os recursos provenientes das taxas cobradas dos pedidos de certidões dos órgãos Secretaria de Estado da Segurança Pública e dos órgãos e entidades que a integram;

XIII – os repasses previstos ao Tesouro-Geral do Estado dos percentuais dos *superávits* financeiros do DETRAN/PR e FUNRESTRAN/PR, de acordo com o art. 30, da Lei de Orçamento Anual;

XIV – outros recursos provenientes das receitas do DETRAN/PR não previstos nesta Lei.

Parágrafo único - As receitas do FUNESP/PR não integram o percentual da receita estadual destinada à Secretaria de Estado da Segurança Pública, previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6.º – O FUNESP/PR será administrado por um Conselho Diretor, composto pelos seguintes membros natos:

I – Secretário de Estado da Segurança Pública;

II – Comandante-Geral da Polícia Militar;

III – Delegado-Geral da Polícia Civil;

IV – Comandante do Corpo de Bombeiros;

V – Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI – Procurador-Geral do Estado;

VII – Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná;

VIII – Um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;

IX – Um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

X – Um representante entre os demais Órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a ser indicado pelo respectivo Secretário e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

§1.º – O Conselho Diretor do FUNESP/PR será presidido pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e, no seu impedimento, pelo seu substituto legal.

§2.º – Cabe ao Presidente do Conselho Diretor a função de ordenador de despesa.

GABINETE DO GOVERNADOR



§3.º – As atribuições dos demais membros do Conselho Diretor serão disciplinadas por Decreto Governamental regulamentador.

§4.º – O plano de aplicação dos recursos do fundo será apreciado e aprovado pelo Conselho a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 7.º – Os recursos do FUNESP/PR serão recolhidos em conta especial de estabelecimento oficial da rede bancária, sob a denominação de Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 8.º – Os bens adquiridos com recursos do FUNESP/PR serão incorporados ao seu patrimônio, bem como os bens já pertencentes ao patrimônio dos fundos extintos para a sua composição.

Art. 9.º – Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 10 – O FUNESP/PR será dotado de autonomia de gestão e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o representante legal e o ordenador das despesas em conjunto com o Tesoureiro.

Art. 11 – O FUNESP/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 12 - O prazo de vigência do fundo será indeterminado.

Art. 13 – O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, em conformidade com o art. 73, da Lei n.º 4.320/1964.

Art. 14 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação desta Lei.

Art. 15 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, através de decreto, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 16 – O art. 1.º da Lei Estadual n.º 6.264/1972 passa a vigorar, a partir de 1.º de janeiro de 2012 com a seguinte redação:

“Art. 1.º Fica criado o FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO TRÂNSITO, com a finalidade de prover recursos para atender despesas de capital do Departamento de Trânsito e do Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná (FUNESP/PR), em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

§1.º Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN/PR, 20% (vinte por cento) serão destinados ao Departamento de Trânsito e 80% (oitenta por cento) ao Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná (FUNESP/PR).

§2.º O Chefe do Poder Executivo poderá alterar mediante decreto os percentuais de destinação do FUNRESTRAN/PR.”

Art. 17 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 16, 17, 18, 19, 20 e 21 da Lei Estadual n.º 10.236/1992, os artigos 1.º, 16, 17, 18, 19 e 20 da Lei Estadual n.º 13.976/2002, os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10 da Lei Estadual n.º 6.102/1970, artigo 2.º e seu parágrafo único, da Lei Estadual n.º 6.470/1973, a Lei Estadual n.º 14.266/2003 e o parágrafo único, do artigo 14 da Lei Estadual n.º 16.567/2010.

Curitiba, 16 de agosto de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 39/2011

Curitiba, 16 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, objetivando a criação do Fundo Especial de Segurança Pública.

A segurança pública é objeto, nos dias atuais, de permanente preocupação dos governantes.

Neste diapasão é importante a adoção de medidas que venham a propiciar um melhor gerenciamento das receitas públicas disponíveis para aplicação nos inúmeros escopos presentes no conceito de segurança pública.

Assim, por meio do presente Anteprojeto de Lei, propõe-se a criação de um Fundo Único de Segurança Pública o – FUNESP-PR – FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ – congregando o FUNRESPOL – FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL, o FUNCB – FUNDO ESTADUAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ, e o FUMPM – FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.

Tal medida visa redimensionar a administração dos fundos estaduais ligados à segurança pública do Estado do Paraná, visando dar mais eficiência e agilidade no gerenciamento das receitas, permitindo maior transparência e planejamento das atividades-meio da Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar e Detran, bem como uma ação em conjunto dos diversos níveis envolvidos na segurança pública estadual.

As atribuições constitucionais de competência, em matéria de segurança pública, impedem a propositura de iniciativas mais eficazes por parte dos Estados da Federação, de modo a ampliar melhor os recursos existentes e unir esforços na utilização dos meios disponíveis para diminuição da violência e combate à criminalidade, de todas as formas, buscando proteger e atender à sociedade em seus anseios.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



Dai a relevância do Anteprojeto de Lei ora apresentado à Assembleia Legislativa, uma vez que, para alcançar tal finalidade, cria-se um Fundo que aglutinará recursos de origens diversas, com a integração no Conselho Diretor do FUNESP-PR de representantes dos distintos âmbitos da Administração Pública Estadual, permitindo a aplicação destes recursos em áreas e providências específicas, tendo por motivador maior a melhoria na prestação dos serviços de segurança pública, culminando no melhoramento da qualidade de vida dos paranaenses.

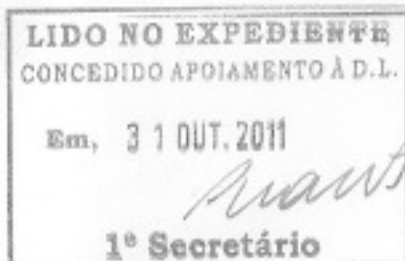
Assim, espera-se que Vossa Excelência dê a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 31 de outubro de 2011
OF CEE/G 177/11



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para substituição,
a Mensagem n.º 39/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
objetiva a criação do Fundo Especial de Segurança Pública.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

14:28 31/10/2011 000412 OF 032NLEB LEGISL. PRON. DO PRONON

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JC



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 853/11

Sob a ótica da adequação financeira o Projeto de Lei, no que tange as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal manifesta-se esta Comissão sobre o Projeto de Lei nº 853/11, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 39/11, objetivando a criação do Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR, que promoverá os recursos para todas as unidades componentes da Secretaria estadual da Segurança Pública.

Na análise realizada por esta Comissão, pode-se observar que a matéria em tela encontra-se justificada. Destaque-se ainda, que com a medida proposta serão extintos, em 31 de dezembro de 2011 o Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM, o Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL e o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB, permanecendo o FUNESP com sucessor destes para todos os fins de direito.

De igual modo, deve-se ressaltar que a proposta em questão, visa redimensionar a administração dos fundos estaduais ligados à Segurança Pública do Estado do Paraná, objetivando oferecer mais eficiência e agilidade no gerenciamento das receitas, oportunizando maior transparência e planejamento das atividades-meio da Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar e Detran.

Por fim, esta Comissão, não encontrando óbices, opina pela sua aprovação, e o devido encaminhamento aos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 853/11

Projeto de Lei nº. 853/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 039/11

Súmula: Cria o Fundo Especial de Segurança Pública, na forma que especifica.

EMENTA: CRIA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, NA FORMA QUE ESPECIFICA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 144 CF. ARTS. 46, 47, 48, 49 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo a criação de um Fundo Único de Segurança Pública, o FUNESP-PR – Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná – congregando o FUNRESPOL – Fundo Especial de Reequipamento Policial, o FUNCB – Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, e o FUMPM – Fundo de Modernização da Polícia Militar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Além disso, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 144 sobre a segurança pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. •

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Projeto de Lei nº. 853/11

Autor: Poder Executivo

Súmula: Cria o Fundo Especial de Segurança Pública, na forma que especifica.

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo a criação de um Fundo Único de Segurança Pública, o FUNESP-PR – Fundo Estadual da Segurança Pública do Paraná – congregando o FUNRESPOL – Fundo Especial de Reequipamento Policial, o FUNCB – Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, e o FUMPM – Fundo de Modernização da Polícia Militar.

Esta Comissão deve se manifestar sobre a matéria, tendo em vista que a presente proposição trata da ordem e da segurança pública.

A iniciativa visa redimensionar a administração dos fundos estaduais para dar maior agilidade e eficiência no gerenciamento das receitas além de transparência e planejamento mais adequados as atividades meio das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros.

Pelo exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, tendo em vista não existir qualquer óbice para a sua regular tramitação.

[Assinatura]
Deputado Estadual

Relator

Bier

[Assinatura]
Acioli

[Assinatura]
Elcio

[Assinatura]
Gilberto Ricardo